

PROVEITOS E GANHOS

(Em euros)

Código das contas POC		2005	2004
71+72	Vendas e prestações de serviços	—	—
	Variação da produção	—	—
75	Trabalhos para a própria empresa	—	—
74	Subsídios à exploração	—	—
73+76	Proveitos suplementares e outros	—	—
	(B)	—	—
784	Rendimentos de participações de capital:		
(1)	Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações finan- ceiras	—	—
(2)	Outros juros e proveitos similares	—	—
	(D)	—	—
79	Proveitos e ganhos extraordinários	—	—
	(F)	—	—

Resumo:

Resultados operacionais: $(B) - (A) =$	— 1 638,02	—
Resultados financeiros: $(D - B) - (C - A) =$	— 24,75	—
Resultados correntes: $(D) - (C) =$	— 1 662,77	—
Resultados antes de impostos: $(F) - (E) =$	— 1 862,77	—
Resultado líquido do exercício: $(F) - (G) =$	— 1 862,77	—

(1) 7812+7815+7816+782+783.

(2) 7811+7313+7814+7818+785+786+787+788.

O Conselho de Administração: José Carlos Barbosa Carreiro — António Fernando Raposo — Procópio José Couto. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Parecer do fiscal único

1 — *Introdução.* — Para os efeitos do artigo 18.º, alínea f), dos estatutos da empresa, apresentamos o nosso parecer sobre o relatório do conselho de administração e contas do exercício de 2005 da Nordeste Activo — Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas, E. M., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 48 137 euros e um total de capital próprio de 48 137 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 863 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Nordeste Activo — Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas, E. M., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ponta Delgada, 24 de Maio de 2006. — O Fiscal Único, Duarte Giesta & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Duarte Félix Tavares Giesta, revisor oficial de contas.
1000305834

H. S. N. — EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL DO CONCELHO DO NORDESTE, E. M.**Relatório e contas de 2005****Relatório de gestão**

Nos termos da lei e do pacto social, o conselho de administração da H. S. N. — Empresa Municipal de Habitação Social do Concelho do Nordeste, E. M., apresenta à assembleia geral da sociedade o relatório de gestão referente ao exercício de 2005.

Actividade empresarial

A actividade da empresa em 2005 foi praticamente inexistente, resumindo-se à constituição da sociedade e pouco mais.

Recursos humanos

No que se refere à evolução dos efectivos, em 2005 a empresa não fez qualquer admissão de pessoal.

Comercial

Nada a referir.

Comunicação e imagem

Nada a referir.

Investimento

Nada a referir.

Análise económica e financeira**Financiamento**

Em 2005 a empresa mostrou-se auto-suficiente para suprir as suas necessidades de tesouraria.

Demonstração dos resultados

O exercício de 2005 foi influenciado pelo facto de, como já foi referido, não ter havido proveitos. Somente custos e apenas um com relativo significado (amortizações e ajustamentos do exercício) no montante de 1357,17. Os resultados, operacional e corrente atingiram, respectivamente, — 1409,94 e — 1429,94 euros.

Balanço

Pela estrutura do balanço, pode observar-se que o capital próprio foi reduzido em consequência do resultado negativo no valor de 1529,94.

Proposta de aplicação de resultados

A gerência, propõe que o resultado líquido do exercício de 2005, no valor de — 1529,94 euros, tenha a seguinte aplicação:

Resultados transitados 1 529,94

Perspectivas futuras

Durante o ano de 2005, desenvolveram-se acções, para que o exercício corrente no âmbito da dinamização, seja o do arranque efectivo das actividades da sociedade.

Projecta-se o arrendamento de espaço para escritórios e a admissão de pessoal em regime de *part-time*.

Factos relevantes

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante para as actividades da empresa.

Nordeste, 20 de Março de 2006. — O Conselho de Administração:
José Carlos Barbosa Carreiro — António Fernando Raposo — Procópio José do Couto.

Balanço em 31 de Dezembro de 2005**ACTIVO****(Em euros)**

Código das contas POC		2005		2004	
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
	Imobilizado:				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	4 071,50	1 357,17	2 714,33	—
432	Despesas de investigação	—	—	—	—
433	Propriedade industrial	—	—	—	—
434	Trespases	—	—	—	—
441/6	Imobilizado em curso	—	—	—	—
449	Adiantamentos por contas de imobilizado incorpóreo	—	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	<u>4 071,50</u>	<u>1 357,17</u>	<u>2 714,33</u>	<u>—</u>
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos	—	—	—	—
422	Edifícios	—	—	—	—
423	Equipamento básico	—	—	—	—
424	Equipamento de transporte	—	—	—	—
425	Ferramentas e utensílios	—	—	—	—
426	Equipamento administrativo	—	—	—	—
427	Taras e vasilhame	—	—	—	—
429	Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—
441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
448	Adiantamentos por contas de imobilizado corpóreo	—	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	Investimentos financeiros:				
4111	Partes de capital em empresas do Grupo	—	—	—	—
4121+4131	Empréstimos a empresas do Grupo	—	—	—	—
4112	Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	—
4122+4132	Empréstimos a empresas associadas	—	—	—	—
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	—	—	—	—
4123+4233	Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—
441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
447	Adiantamentos por contas de investimentos financeiros	—	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

(Em euros)

Código das contas POC		2005		2004	
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
	Circulante:				
32 a 37	Existências	—	—	—	—
	Dívidas de terceiros — a médio e a longo prazos	—	—	—	—
	Dívidas de terceiros — a curto prazo:				
211	Clientes, c/c	—	—	—	—
212	Clientes — títulos a receber	—	—	—	—
218	Clientes de cobrança duvidosa	—	—	—	—
251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—	—	—
229	Adiantamentos a fornecedores	—	—	—	—
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	—	—	—	—
24	Estado e outros entes públicos	600,79	—	600,79	—
262+266/268+221	Outros devedores	—	—	—	—
264	Subscritores de capital	—	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	<u>600,79</u>	—	<u>600,79</u>	—
	Títulos negociáveis:				
1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis	—	—	—	—
13	Outras aplicações de tesouraria	—	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	—	—	—	—
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13+14	Depósitos bancários	45 155,56	—	45 155,56	—
11	Caixa	—	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	<u>45 155,56</u>	—	<u>45 155,56</u>	—
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	—	—	—	—
272	Custos diferidos	—	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	—	—	—	—
	<i>Total de amortizações</i>	—	<u>1 357,17</u>	—	—
	<i>Total de provisões</i>	—	—	—	—
	<i>Total do activo</i>	<u>49 827,85</u>	—	<u>48 470,68</u>	—

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas POC		2005	2004
	Capital próprio:		
51	Capital	50 000,00	—
521	Acções (quotas) próprias (valor nominal)	—	—
522	Acções (quotas) próprias (descontos e prémios)	—	—
53	Prestações suplementares	—	—
54	Prémios de emissão de acções (quotas)	—	—
55	Ajustamentos de partes de capital	—	—
56	Reservas de reavaliação	—	—
	Reservas:		
571	Reservas legais	—	—
572	Reservas estatutárias	—	—
573	Reservas contratuais	—	—
574 a 579	Outras reservas	—	—
59	Resultados transitados	—	—
	<i>Subtotal</i>	<u>50 000,00</u>	—
88	Resultado líquido do exercício	— 1 529,94	—
89	Dividendos antecipados	—	—
	<i>Total do capital próprio</i>	<u>48 470,06</u>	—

(Em euros)

Código das contas POC		2005	2004
	Passivo:		
29	Provisões para riscos e em cargos:		
291	Provisões para pensões	—	—
292	Provisões para impostos	—	—
293/8	Outras provisões para riscos e encargos	—	—
	<i>Subtotal</i>	—	—
	Dívidas a terceiros — a médio e a longo prazos:		
231+12	Dívidas a instituições crédito	—	—
	<i>Subtotal</i>	—	—
	Dívidas a terceiros — a curto prazo:		
232	Empréstimos por obrigações	—	—
233	Empréstimos por títulos de participação	—	—
231+12	Dívidas a instituições crédito	—	—
269	Adiantamentos para contas de vendas	—	—
221	Fornecedores, c/c	—	—
228	Fornecedores (facturas em recepção e conferência)	—	—
222	Fornecedores — títulos a pagar	—	—
2612	Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar	—	—
252	Empresas do Grupo	—	—
253+254	Empresas participadas e participantes	—	—
251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—
219	Adiantamentos de clientes	—	—
239	Outros empréstimos obtidos	—	—
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	—	—
24	Estado e outros entes públicos	—	—
262/65+267+ 263+211	Outros credores	0,62	—
	<i>Subtotal</i>	0,62	—
27	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	—	—
274	Proveitos diferidos	—	—
	<i>Subtotal</i>	—	—
	<i>Total do passivo</i>	0,62	—
	<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	48 470,68	—

O Conselho de Administração: José Carlos Barbosa Carreiro — António Fernando Raposo — Procópio José do Couto. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 Dezembro de 2005

CUSTOS E PERDAS

(Em euros)

Código das contas POC		2005	2004
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	—	—
62	Fornecimento e serviços externos	7,81	7,81
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	—	—
	Encargos sociais:		
643+644	Pensões	—	—
645/8	Outros	—	—
66	Amortizações e ajustamentos do exercício	1 357,17	—
67	Provisões	—	1 357,17
83	Impostos	44,96	—
65	Outros custos operacionais	—	44,96
	(A)	1 409,94	—

(Em euros)

Código das contas POC		2005	2004
683+684	Amortizações e provisões de aplicação e investimentos financeiros:		
681+682+685+686-687+688	Juros e custos similares	20,00	—
	(C)	1 429,94	—
69	Custos perdas extraordinárias	100,00	—
	(E)	1 529,94	—
86	Imposto sobre o rendimento exercício	—	—
	(G)	1 529,94	—
88	Resultado líquido do exercício	— 1 529,94	—
		—	—

PROVEITOS E GANHOS

(Em euros)

Código das contas POC		2005	2004
71+72	Vendas e prestações de serviços	—	—
	Variação da produção	—	—
75	Trabalhos para a própria empresa	—	—
74	Subsídios à exploração	—	—
73+76	Proveitos suplementares e outros	—	—
	(B)	—	—
784	Rendimentos de participações de capital:		
(¹)	Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras	—	—
(²)	Outros juros e proveitos similares	—	—
	(D)	—	—
79	Proveitos e ganhos extraordinários	—	—
	(F)	—	—

Resumo:

Resultados operacionais: (B) - (A) =	— 1 409,94	—
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =	— 20,00	—
Resultados correntes: (D) - (C) =	— 1 429,94	—
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =	— 1 529,94	—
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =	— 1 529,94	—

(¹) 7812+7815+7816+782+783.(²) 7811+7313+7814+7818+785+786+787+788.

O Conselho de Administração: José Carlos Barbosa Carreiro — António Fernando Raposo — Procópio José do Couto. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível).

Parecer do fiscal único

1 — *Introdução.* — Para os efeitos do artigo 18.º, alínea f), dos estatutos da empresa, apresentamos o nosso parecer sobre o relatório do conselho de administração e contas do exercício de 2005 da H. S. N. — Empresa Municipal de Habitação Social do Concelho de Nordeste, E. M., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total de 48 470 euros e um total de capital próprio de 48 470 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 530 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da H. S. N. — Empresa Municipal de Habitação Social do Concelho de Nordeste, E. M., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ponta Delgada, 24 de Maio de 2006. — O Fiscal Único, Duarte Giesta & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Duarte Félix Tavares Giesta*, revisor oficial de contas.
1000305835

CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD DE MADRID

Sede social: Plaza de Celenque, 2, 28013 Madrid, Espanha.
Sucursal em Portugal: Rua Rodrigo da Fonseca, 6/8, 1250-191 Lisboa.
Pessoa colectiva n.º 980191807.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 8963.

Relatório e contas de 2005

Relatório de gestão consolidado

Durante o exercício de 2005 a economia mundial mostrou uma elevada solidez, com um crescimento médio superior a 3%. A economia espanhola caracterizou-se, novamente, pelo seu elevado dinamismo alcançando no fecho do exercício o crescimento mais acentuado dos últimos quatro anos.

Neste ambiente, o Grupo Caja Madrid continuou a progredir na direcção da concretização dos objectivos fixados no Projecto 2006. Ao finalizar o exercício de 2005, os activos totais do Grupo Caja Madrid alcançaram 111 292 559 milhares de euros, o que representou uma taxa de crescimento inter anual de 22,2%. O resultado atribuído ao Grupo ascendeu a 841 256 milhares de euros, isto é 17,1% mais do que no exercício anterior.

Evolução do negócio no exercício de 2005

Balanço da situação

O crédito sobre clientes ascendeu a 72 561 773 milhares de euros, isto é 26,6% mais do que em Dezembro de 2004, correspondendo a 15 231 512 milhares de euros. Este crescimento teve essencialmente como base os devedores com garantia real, que registaram um crescimento de 32,1% atingindo um saldo de 48 961 006 milhares de euros, o que representou um aumento de 11 894 153 milhares de euros.

Os recursos geridos de clientes no balanço (que incluem os saldos de depósitos de clientes, os débitos representados por valores negociáveis e os passivos subordinados) atingiram um aumento de 21,2%, totalizando 84 948 104 milhares de euros. Os débitos de clientes registaram um aumento de 4 843 338 milhares de euros, atingindo um saldo de 47 324 230 milhares de euros. Os débitos representados por valores negociáveis ascenderam a 35 084 468 milhares de euros, isto é 39,7% mais do que no ano anterior, correspondendo a 9 964 687 milhares de euros.

Conta de resultados

O sustentado aumento do negócio, num ambiente mais estável para os juros, e a boa evolução dos rendimentos da carteira de instrumentos de capital foram propícios para que a margem de intermediação alcançasse 1 640 799 milhares de euros, isto é 11% mais do que em 2004.

Os resultados das sociedades calculados pelo método da participação aumentaram em 61 382 milhares de euros, isto é 25,5% mais, correspondendo a 302 397 milhares de euros. As contribuições mais significativas foram provenientes da Holding Mapfre — Caja Madrid y Realia.

As comissões totais líquidas registaram um forte impulso atingindo 712 059 milhares de euros, isto é 14,1% mais do que em 2004. Este

crescimento deve-se na sua maior parte ao bom comportamento de todas as comissões, e em especial as comissões relacionadas com os riscos contingentes, serviços de cobranças e pagamentos e comercialização de produtos financeiros não bancários.

Os resultados obtidos por operações financeiras e diferenças de câmbios atingiram um saldo de 157 350 milhares de euros, 15 745 milhares de euros mais do que em 2004.

O bom andamento da actividade bancária e a evolução positiva das sociedades participadas e das comissões permitiram elevar a margem ordinária até 2 812 605 milhares de euros, o que representou um aumento de 13,2% relativamente ao ano de 2004, correspondendo a 327 657 milhares de euros.

Os gastos com o pessoal ascenderam a 859 544 milhares de euros, o que corresponde a 10,1% mais do que no ano anterior, devido à contabilização, no exercício de 2005, de uma periodização de 32 milhões de euros correspondente aos compromissos derivados do Projecto 2006. Os restantes gastos gerais de administração ascenderam a 370 628 milhares de euros, o que corresponde a um aumento de 2,3%. Incluindo as amortizações e outros produtos e encargos com a exploração, os gastos totais com a exploração cresceram 2,2%, 31 039 milhares de euros mais do que em 2004, totalizando 1 453 495 milhares de euros. Assim, o *ratio* de eficiência situou-se nos 43,7%, com uma melhoria de 2,3 pontos percentuais relativamente ao exercício anterior.

A boa evolução do negócio bancário, com o seu impacto favorável na margem de intermediação e nas comissões, associado aos resultados positivos das sociedades participadas e a moderação dos gastos com a exploração, permitiram elevar para 26,8% a margem de exploração até 1 408 051 milhares de euros.

As perdas líquidas devido à deterioração de activos elevaram-se a 298 466 milhares de euros, isto é 97,9% mais do que em 2004, essencialmente devido à maior dotação feita às reservas gerais genérica devido ao forte aumento do investimento de crédito. Do mesmo modo, durante o ano de 2005, procedeu-se à classificação como activo duvidoso do risco de crédito com o Parque Temático de Madrid, S. A., e à realização de uma dotação específica num montante de 43,3 milhões de euros. O *ratio* de morosidade situou-se em 0,66% e a taxa de cobertura atingiu os 249,2%.

O Grupo Caja Madrid obteve um lucro antes dos impostos de 1 133 105 milhares de euros e um lucro depois dos impostos de 848 850 milhares de euros, o que representou um crescimento inter anual de 16,7% e de 17,1% respectivamente. Por último, o lucro líquido atribuído ao Grupo ascendeu a 841 256 milhares de euros, correspondendo a um aumento de 122 848 milhares de euros relativamente ao fecho de 2004, isto é 17,1% de taxa inter anual.

Proposta de dotação para a obra social

O lucro registado permitirá destinar à obra social, se tal for aprovado pelos órgãos correspondentes, um total de 163 947 milhares de euros, o que representaria um aumento nesta dotação de 22 178 milhares de euros em relação ao montante do exercício do ano anterior, ou seja mais 15,6%.

Principais factores de risco do negócio

Para a Caja Madrid a gestão do risco constitui um pilar estratégico que tem como objectivo principal preservar a solidez financeira e patrimonial da Instituição e proporcionar as ferramentas que permitam o controlo e acompanhamento dos níveis de risco autorizados pelos órgãos do governo. Os princípios básicos que regem a gestão do risco na Caja Madrid são os seguintes:

Independência avaliação do crédito da carteira de forma independente da função comercial;

Visão global do risco, cuja gestão exige tanto uma função sólida de admissão e identificação, como de acompanhamento do risco autorizado. Este tratamento integral possibilita a identificação, avaliação e gestão das exposições globais por produtos, grupos de clientes, segmentos, áreas geográficas, sectores económicos e negócios;

Análise, em todos os casos, dos diferentes tipos de riscos subjacentes às operações, que são avaliadas sob as perspectivas de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional;

Delegação de facultades, cujas instâncias e processos de decisão se encontram documentados nas facultades em matéria de riscos da instituição.

Além disso, a Caja Madrid mantém uma melhoria contínua das suas capacidades internas, dotando-se de ferramentas para a gestão, avalia-